





11-4-1809 Brasil

## DECRETO.

**S**ENDO-ME presente, que no anno de mil oitocentos e sete Eu fora Servido permittir a muitos Negociantes Inglezes a reexportação das Fazendas, que tinham depositadas nas Alfandegas de Portugal, e de que ainda não haviam pago os Direitos estabelecidos, mediante a assignatura de Termos, pelos quaes se obrigassem a pagar os mesmos Direitos em seis mezes; o que tudo foi então ordenado por huma medida Politica, que sempre Me Propuz não houvesse de ter effeito, como desde logo o Fiz declarar á Corte de Londres: Por tanto Sou Servido Ordenar, que esses Termos sejam reconhecidos inválidos, e de nenhum vigor, não se exigindo, nem se pedindo o seu valor a qualquer daquelles Negociantes, que então os assignassem; e que, chamando-se das mãos dos Administradores das Alfandegas ao Conselho da Fazenda, nelles se averbem, e rompão, para que nunca possam ter effeito algum, nem por elles exigir-se pagamento para a Minha Real Fazenda. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar, expedindo as competentes Ordens aos Administradores das Alfandegas do Reino. Palacio do Rio de Janeiro em desesete de Abril de mil oitocentos e nove.

*Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.*

Regist.

Na Impressão Regia.

O primeiro ponto a ser considerado é a importância da educação para a formação do cidadão. A educação é o alicerce sobre o qual se constroem os valores e as atitudes necessárias para a convivência em sociedade. Portanto, é fundamental que o Estado e a sociedade em geral invistam na melhoria da qualidade do ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

Outro aspecto crucial é a participação cidadã. Um cidadão consciente e informado é capaz de exercer sua responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e da nação. Isso requer a promoção de espaços de diálogo e debate, onde as ideias possam ser trocadas e as decisões sejam tomadas de forma coletiva e transparente.

Além disso, a transparência e a accountability são elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa e equitativa. Os governantes e as instituições públicas devem ser responsáveis por suas ações e decisões, permitindo que a população acompanhe e avalie o desempenho das autoridades. Isso fortalece a confiança e promove a integridade do sistema de governo.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a importância da cultura e das tradições. A cultura é o reflexo da identidade de um povo e desempenha um papel fundamental na formação do caráter e dos valores. Preservar e valorizar as tradições, ao mesmo tempo em que abraçamos o progresso e a inovação, é essencial para a construção de uma sociedade harmoniosa e próspera.



